



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO DELIBERATIVO Nº 84

*Estabelece
os critérios
de
portabilidade
de carências
para o
Plano de
Saúde da
Justiça
Militar da
União
(PLAS/JMU).*

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PLANO DE SAÚDE DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (CDPLAS/JMU), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo §2º do art. 42 e parágrafo único do art. 16, ambos da Resolução nº 334, de 22 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Regulamento Geral do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (PLAS/JMU),

RESOLVE:

Art. 1º É permitida a portabilidade de carências para os beneficiários do PLAS/JMU, desde que atendidos simultaneamente os seguintes requisitos:

I - O plano de saúde de origem deve possuir cobertura ambulatorial e hospitalar e ter sido contratado após 1º de janeiro de 1999 ou ter sido adaptado à Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998;

II - O vínculo do beneficiário com o plano de saúde de origem deve estar ativo;

III - O beneficiário deve estar adimplente junto à operadora do plano de saúde de origem; e

IV - O beneficiário deve ter cumprido prazo de permanência de no mínimo 2 (dois) anos no plano de saúde de origem.

§1º Respeitado o §2º deste artigo, a portabilidade de carências poderá ser requerida pelo beneficiário a qualquer tempo após o cumprimento do prazo de permanência previsto no inciso IV deste artigo.

§2º Caso o beneficiário esteja internado, a portabilidade de carências só poderá ser requerida após a alta da internação.

Art. 2º O beneficiário ficará dispensado do cumprimento dos requisitos previstos no art. 1º, desde que a portabilidade de carências seja solicitada em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência pelo beneficiário da extinção do vínculo com o plano de saúde de origem, nas seguintes hipóteses:

I - O plano de saúde de origem tenha sido cancelado pela operadora ou pela pessoa jurídica contratante (empresa ou associação);

II - O titular do plano de saúde de origem tenha falecido ou tenha sido desligado da empresa (dispensa, com ou sem justa causa, demissão, exoneração ou aposentadoria); e

III - O beneficiário tenha perdido a condição de dependente no plano de saúde do titular.

Art. 3º O beneficiário somente poderá cancelar o plano de saúde de origem após estar devidamente efetivado no PLAS/JMU.

Art. 4º Fica revogado o Ato Deliberativo nº 49, de 29 de outubro de 2020.

Art. 5º Este Ato Deliberativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOSÉ COELHO FERREIRA
Presidente do Conselho Deliberativo do PLAS/JMU



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ COELHO FERREIRA**, **MINISTRO-PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PLAS**, em 05/09/2023, às 18:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3361484** e o código CRC **2991DAE0**.

3361484v6

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70098-900 - Brasília - DF -
<http://www.stm.jus.br/>